

SINUCA DE BICO

GUSTAVO DAHL*

JB, 05-10-99

Os percalços que as leis de incentivo através de renúncia fiscal trouxeram para o cinema brasileiro correspondem ao chafurdamento do país na sua corrupção endêmica. A expressão foi cunhada pelo Departamento de Estado americano. E mereceu protestos indignados do Itamarati, na ocasião em que Clinton, alegre como um pinto no lixo, visitou o Morro de Mangueira. Sudene, Sudam, Sunamam, Suframa e outros “sus” menos votados consagraram há décadas o modelito em que beneficiários, intermediários e pseudo-investidores rachuncham entre si os recursos de que a Viúva abre mão, docemente constrangida por interesses políticos. A privatização do Estado, por quem pode, é um esporte nacional. O mapeamento de todas as isenções, subsídios e incentivos faria aparecer, em baixo-relevo, a natureza secreta do verdadeiro poder. Derramar na produção cinematográfica, durante quatro anos, como fizeram as leis de incentivos, R\$ 280 milhões, que foram dólares, sem investir consistentemente em transparência e gestão é fazer a cama para o mais deslavado patrimonialismo. Expor mouros e cristãos ao perigo amarelo da imprensa marrom. Chamem o gerente, é só o que resta fazer.

Como tudo que acontece é bom, o questionamento da priorização (que priorização?) do estímulo ao cinema brasileiro permite colocar a questão de fundo. Ela é uma só, mas tem duas faces: espaço econômico e democracia audiovisual. Em nome da liberdade de expansão comercial, cerne histórico do colonialismo, o *Império* decidiu que ele mesmo, sem intermediários locais, exploraria nosso mercado. Para livrar-se da indolência nativa, lançou seus editos: abertura da economia, privatização e diminuição do Estado, desregulamentação. A partir daí, passou a pairar sobre a indústria cinematográfica e, mais amplamente, audiovisual o fantasma da globalização. Compre o país, que está barato. O endividamento do setor e a surdina com que se elabora uma lei de comunicação de massas não tranquilizam. Varejo nobre, a exibição cinematográfica está em pleno processo de desnacionalização. Todas as televisões por assinatura têm como investidores iniciais grandes grupos multinacionais. A distribuição cinematográfica — segredo do negócio — sempre foi internacionalizada. A linha de resistência que a velha Embrafilme oferecia, distribuindo filmes brasileiros para todos os mercados, inclusive o exterior, foi aniquilada por Collor. O desastre perpetuou-se nos governos sucessivos e deixou o produto hegemônico sem competição significativa. O olho do furacão audiovisual brasileiro deslocou-se para Los Angeles, Londres, Tóquio. Ou, mais pobremente, Miami. Na ótica zapatista, simples e eficiente, do subcomandante Marcos, a Terceira Guerra Mundial, dita a “fria”, foi vencida pelo *Império*. Estamos plenamente engajados na Quarta, a da tentativa de globalização do poder total e absoluto. Acontece no cinema o que vai acontecer no mundo, só que 10, 20 anos antes. É preciso primeiro fazer a cabeça da tigrada. Além de belo, o *Império* é bom e verdadeiro. Universal e concreto. Concretíssimo.

Enquanto o intelectual, como dizia Oswald Andrade, tira ouro do nariz, batem tambores tupis e tapuias em torno da fogueira onde mais uma vez se pretende moquear o corpo, partido em pedaços, do cinema brasileiro. A imprensa discute se ele é bom ou mau, privado ou público, estatal ou não, sucesso ou fracasso. Exceção feita ao senador Francelino Pereira, os políticos, de formação, na melhor das hipóteses, acadêmica desapercebem-se do universo audiovisual, da revolução da informação. O Poder Executivo, espremido entre a inépcia e as dificuldades de fechamento do caixa, não consegue sair da arapuca que ele mesmo se armou. Serrando o galho em que estava sentado, o governo abriu mão de governar. Não pode regulamentar para não contrariar o consenso de Washington. Não pode

GDFP1.00132

subsidiar, com a finalidade de estabelecer isonomia competitiva, porque mamãe Organização Mundial do Comércio não deixa. Não pode criar um organismo de inteligência audiovisual, que planeje, coordene e fiscalize as atividades cinematográficas por tudo isso e também porque a falência do Estado brasileiro enquanto agente público se apresenta irreversível. Não pode investir, porque, como é notório, escolas, hospitais, delegacias são o que são por obra do desperdício de recursos no cinema nacional. E se assim não fosse haveria sempre nosso compromisso firme, junto ao FMI, de gerar superávites a qualquer custo, cortando na própria carne.

Além do que, o mercado é intocável, canibal e excludente que seja. É a tirania da maioria contra o direito inalienavelmente humano e democrático de acesso à diferença audiovisual. O processo não pode ser induzido, econômica ou culturalmente, porque assim foi feito durante o governo Geisel, paradoxalmente com bons resultados, e essa referência compromete a consciência bem pensante. Não podem existir informações nem seu cruzamento porque farão transparecer a realidade incorrigível. Por exemplo, que o aumento de público havido neste ano para os filmes brasileiros só se deu graças a uma associação efêmera com a televisão e seu poder de comunicação. Não pode nada, a não ser contemplar a consumação de seu próprio sacrifício, com a fascinação e o horror do louva-a-deus vendo seu corpo ser literalmente devorado vivo pela fêmea, durante a cópula. A guerra estelar intergaláctica se dá no éter, espaço onde passeiam ondas hertzianas e são inscritas as órbitas perfeitas dos satélites artificiais de comunicação. Quem viver, não verá.

cineamateca

*Cineasta

brasileira